PAULO A. MEYER M. NASCIMENTO

Pesquisador do Ipea e doutorando em Economia pela UFBA
Mestre em Economia da Educação pelo Institute of Education, University of London

Políticas públicas no Brasil:

Desafios de equidade

EFICIÊNCIA E EQUIDADE

EFICIÊNCIA E EQUIDADE

Sendo ilimitadas as necessidades humanas e finitos os recursos disponíveis para atendê-las, **eficiência** e **equidade** são conceitos-chave no planejamento e na implementação de políticas públicas

O processo decisório acerca de políticas, programas e/ou projetos públicos sempre traz consigo juízos de valor e variadas perspectivas acerca das metas de justiça social (equidade) e de eficiência a serem alcançadas. Balancear essas metas é o desafio. E precede a tudo isso saber de que eficiência e de que equidade se está falando – e como se aplicam em cada caso

Eficiência remete à ideia de maximizar o bem-estar da sociedade, produzindo o máximo ao menor custo possível (eficiência técnica) e alocando os escassos recursos para a produção dos bens e serviços que a sociedade mais valoriza (eficiência alocativa)

E equidade?

Equidade não se confunde necessariamente com igualdade (equidade horizontal)

Implícita à ideia de tratamento igual a pessoas iguais está a de tratar desigualmente os desiguais (equidade vertical)

Diversas são as concepções e os princípios de justiça social difundidos na literatura (ver Konow, 2003). Destaquemos aqui três:

Princípio da necessidade: enfatiza a satisfação equânime de necessidades básicas. Pode ser associado tanto com distribuições igualitárias de um bem ou serviço quanto com a busca de padrões mínimos, acima dos quais desigualdades são toleradas.

Princípio da eficiência distributiva: alcança-se a alocação ótima quando todos tornam-se indiferentes quanto à obtenção de mais quantidades do bem ou serviço em questão

Princípio da equidade: alocações justas seriam resultado de ações individuais, daí que uma distribuição justa seria proporcional aos esforços e responsabilidades individuais assumidos buscando essa meta

Um rei justo e magnânimo ordenou a seu fiel escudeiro:

- Trazei três pratos de trigo para três tigres tristes comerem.

Ao que seu súdito respondeu, perguntando:

- Sim, Majestade. Como devo dividir o trigo entre os três tigres tristes?

Associe cada uma das hipotéticas respostas do Rei (na coluna da direita) com o princípio de justiça social que melhor lhe traduz (na coluna da esquerda)

Princípios de Justiça Social	Respostas do Rei
(1) Princípio da eficiência	– Colocai quantidades idênticas de trigo em cada prato e dai um prato para cada tigre;
(2) Princípio da equidade	– Dai ao mais guloso o dobro do que ao de apetite moderado, e deixai sem trigo o terceiro tigre, que não gosta de trigo;
(3) Princípio da necessidade	– Separai a quantidade de trigo em cada prato de maneira diretamente proporcional à parcela de colaboração de cada tigre para a riqueza deste Reino;

Fonte: Nascimento e Pompermayer (2010)

Subjacente ao princípio da equidade aqui apresentado está a presunção de igualdade de condições ou de oportunidades

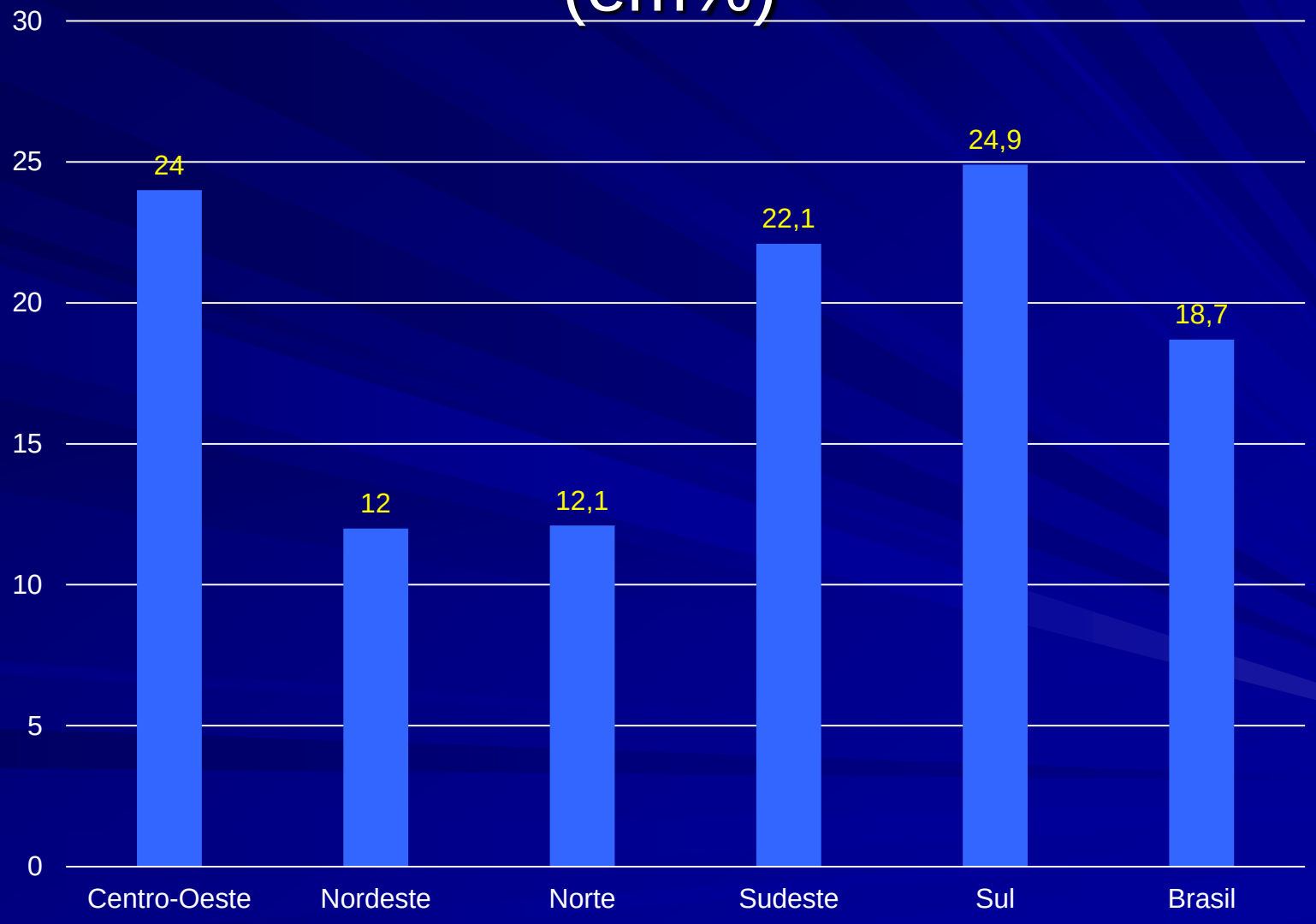
Não sendo este o caso, retorna-se ao ponto de tratar desigualmente os desiguais

Vejamos como se apresentam algumas desigualdades no ensino superior, partindo de dados relacionados a jovens de 18 a 24 anos

ACESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

QUESTÃO 1: AS OPORTUNIDADES DE ACESSO DIFEREM POR REGIÃO

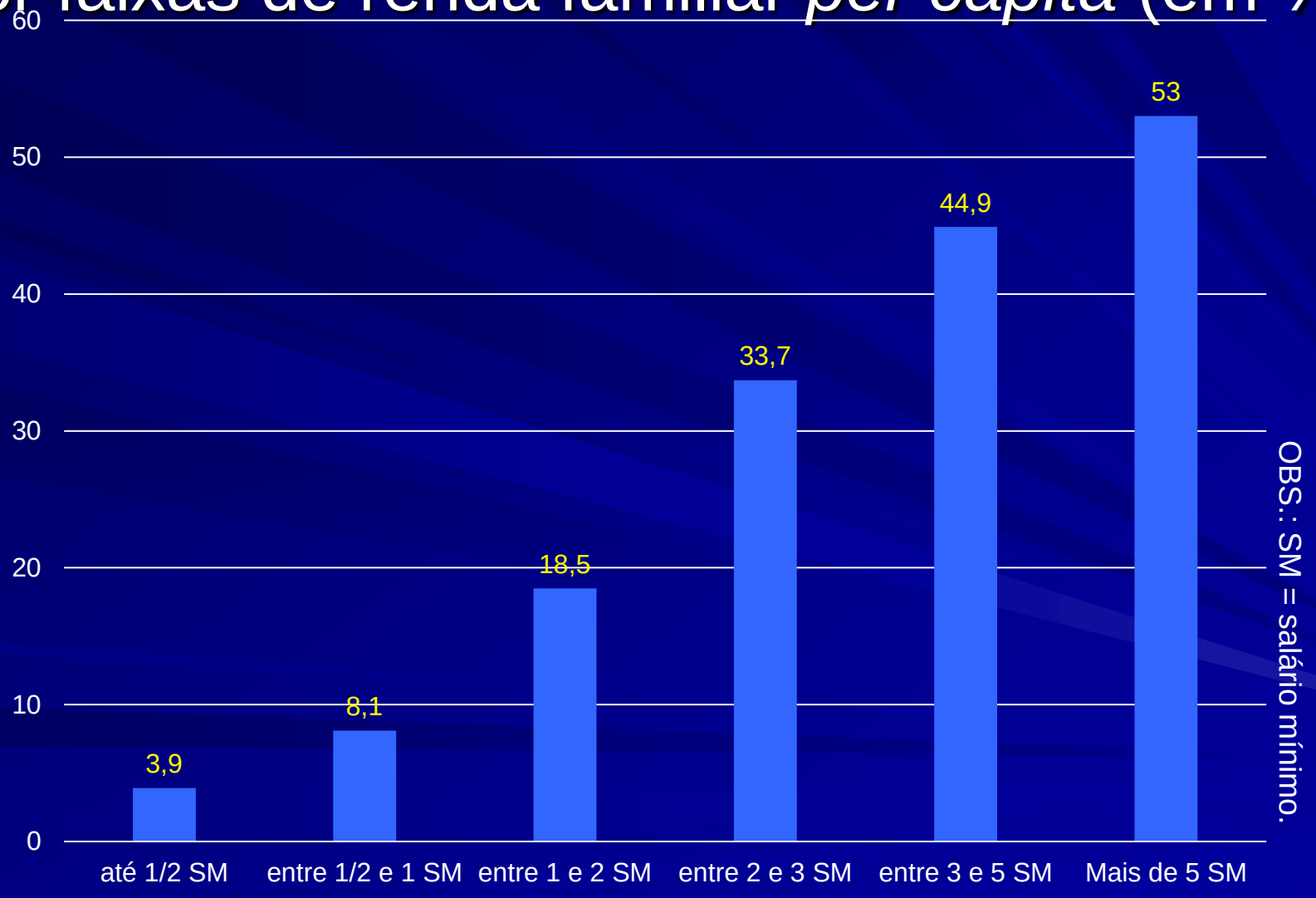
Taxa de acesso à educação superior para jovens de 18 a 24 anos – Brasil, 2000 e 2010 (em%)



Fonte: dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Gráfico adaptado de Corbucci (2014)

QUESTÃO 2: AS OPORTUNIDADES DE PERMANÊNCIA DIFEREM POR FAIXA DE RENDA

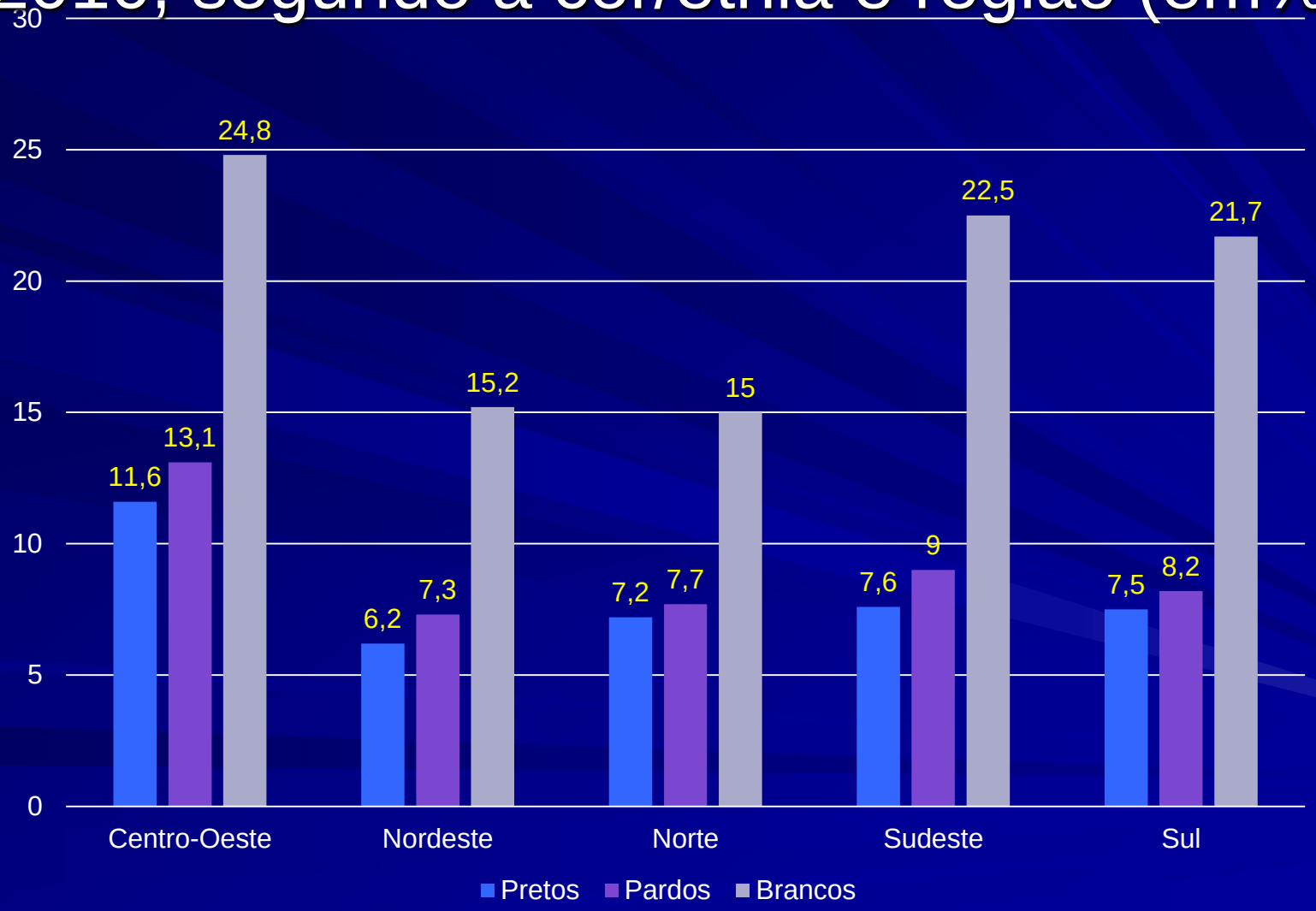
Taxa de frequência líquida no ensino superior para jovens de 18 a 24 anos – Brasil, 2010, por faixas de renda familiar *per capita* (em %)



Fonte: dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Gráfico adaptado de Corbucci (2014).

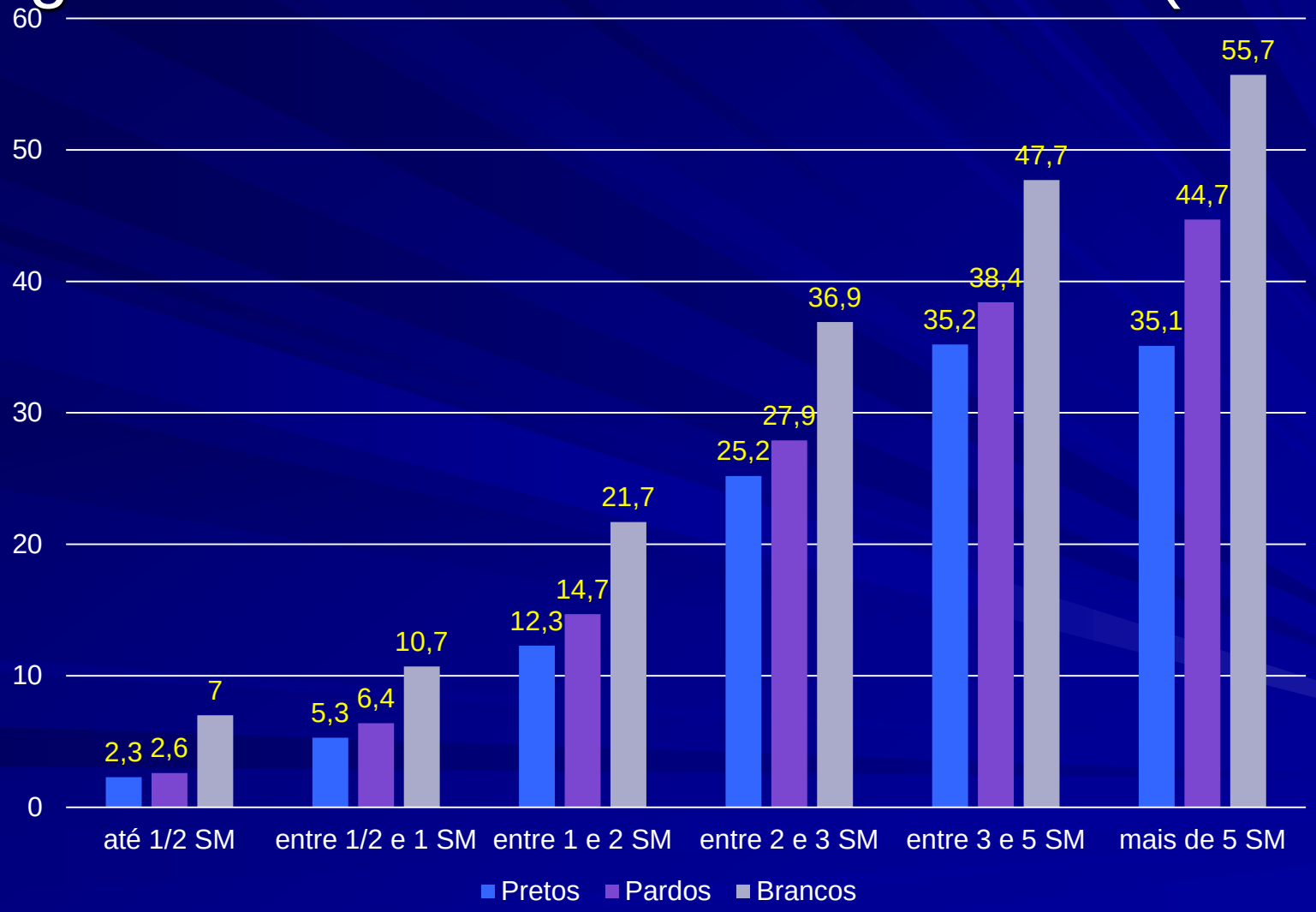
QUESTÃO 3: AS BARREIRAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA SÃO MAIORES PARA PRETOS E PARDOS

Taxa de frequência líquida na educação superior para jovens de 18 a 24 anos – Brasil, 2010, segundo a cor/etnia e região (em%)



Fonte: dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Gráfico adaptado de Corbucci (2014)

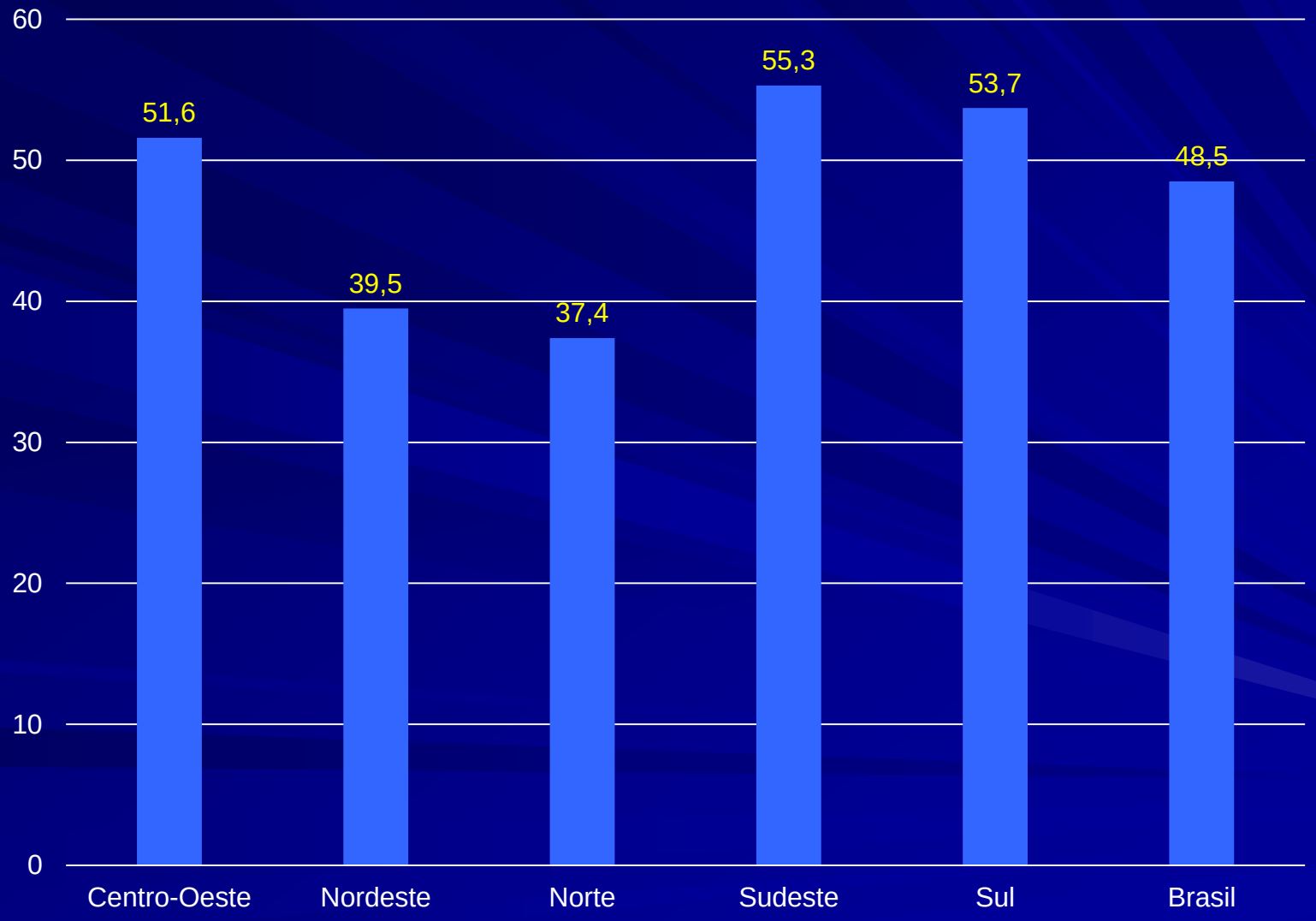
Taxa de frequência líquida na educação superior para jovens de 18 a 24 anos – Brasil, 2010, segundo a cor/etnia e faixa de renda (em%)



Fonte: dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Gráfico adaptado de Corbucci (2014)

QUESTÃO 4: AS BARREIRAS SURGEM DESDE OS NÍVEIS ANTERIORES DE ENSINO

Proporção da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo – Brasil, 2010 (em%)

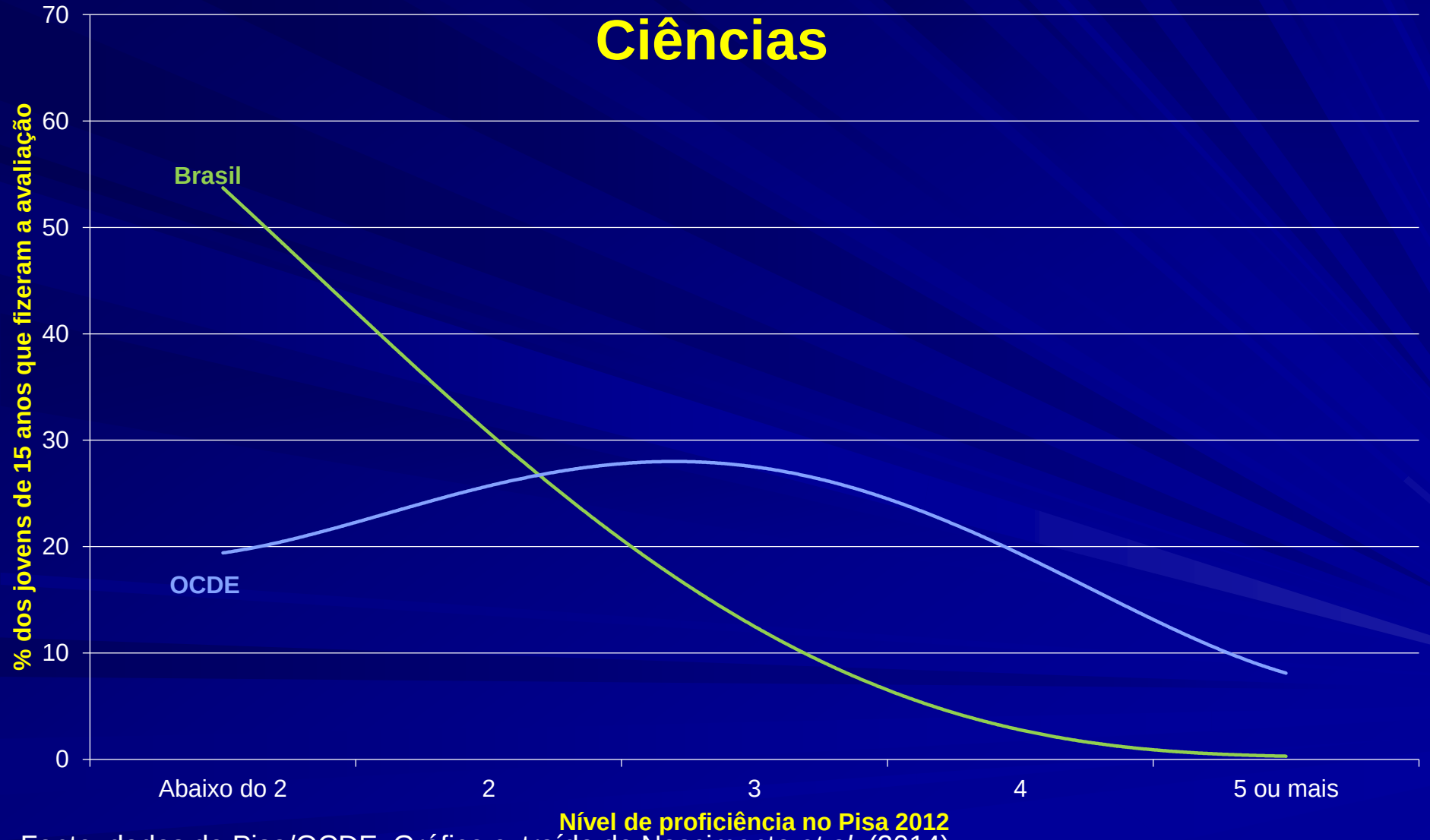


Fonte: dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Gráfico adaptado de Corbucci (2014)

QUESTÃO 5: BAIXA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA REFORÇA O PROBLEMA

Distribuição pelos níveis de proficiência do Pisa 2012 dos jovens de 15 anos de idade avaliados

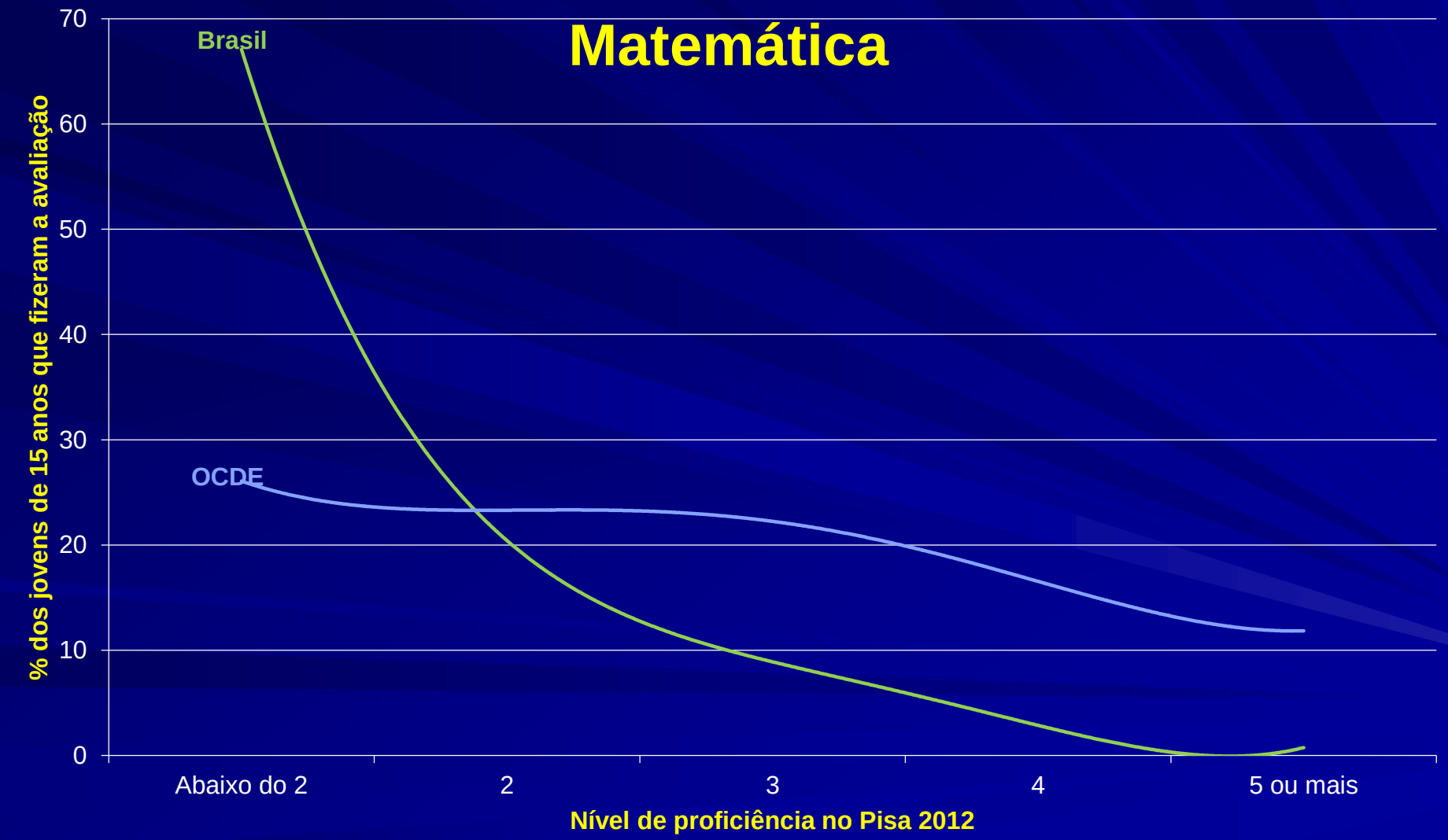
(em %)



Fonte: dados do Pisa/OCDE. Gráfico extraído de Nascimento *et al.* (2014)

Distribuição pelos níveis de proficiência do Pisa 2012 dos jovens de 15 anos de idade avaliados

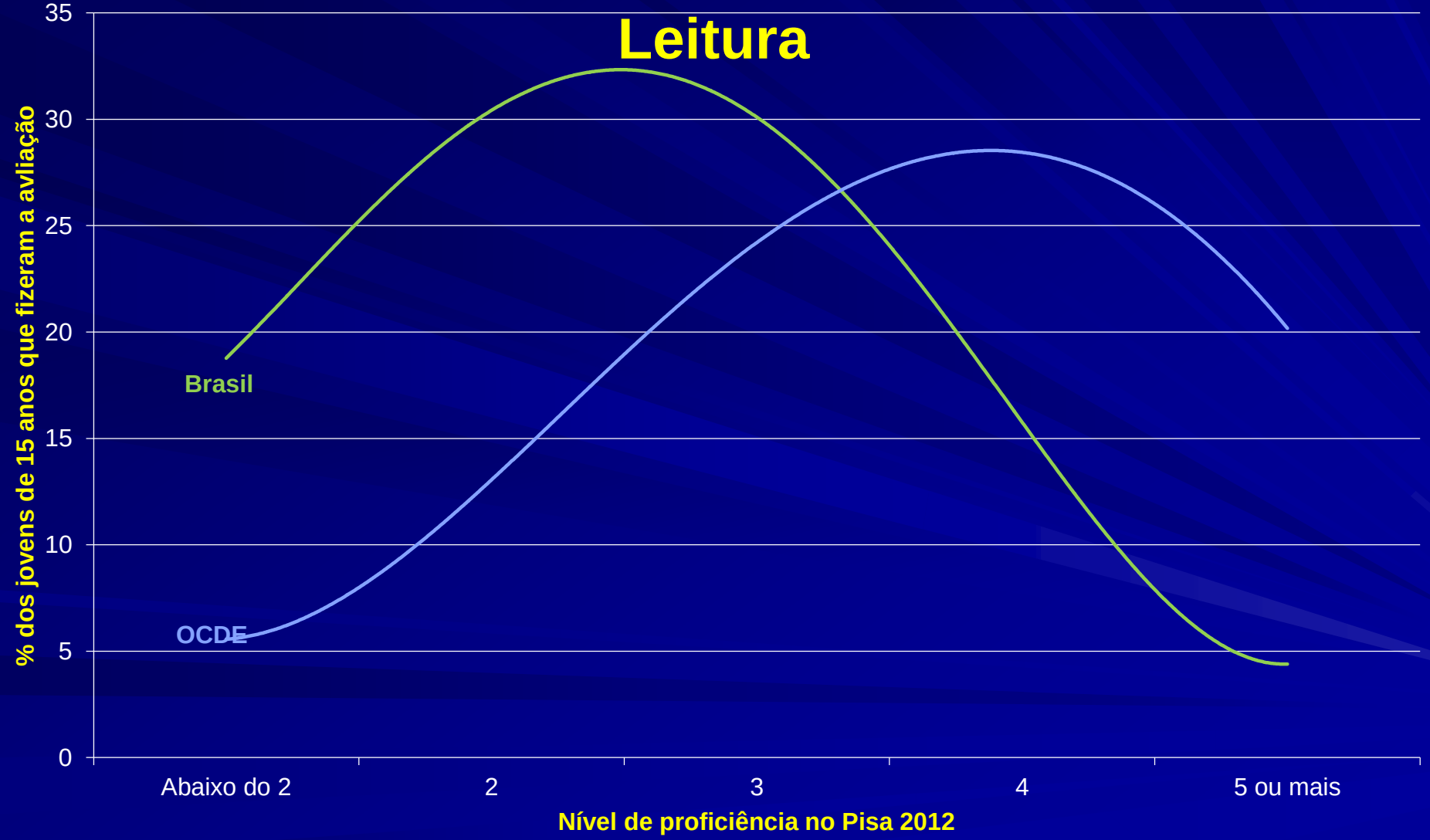
(em %)



Fonte: dados do Pisa/OCDE. Gráfico extraído de Nascimento *et al.* (2014)

Distribuição pelos níveis de proficiência do Pisa 2012 dos jovens de 15 anos de idade avaliados

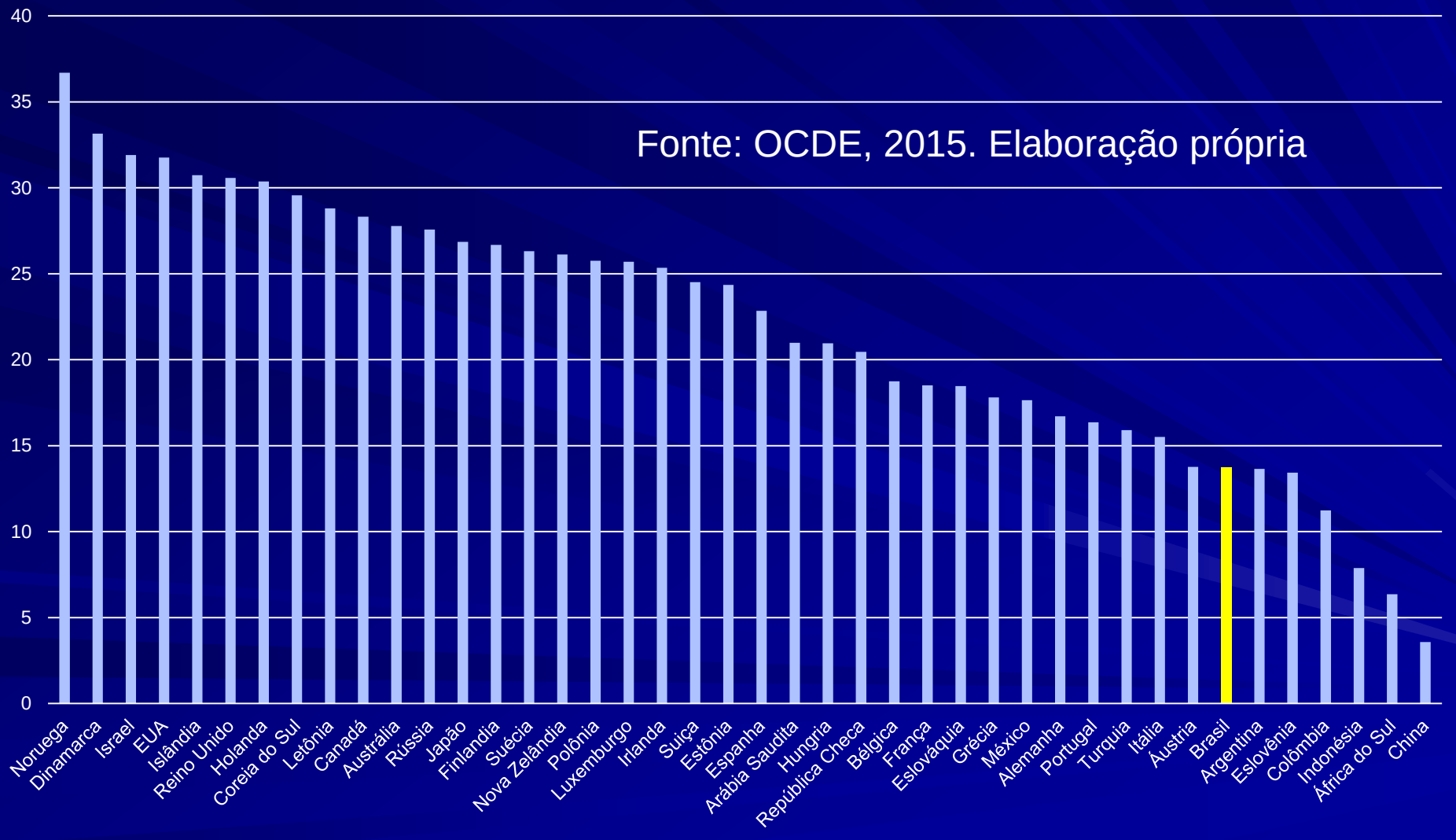
(em %)



Fonte: dados do Pisa/OCDE. Gráfico extraído de Nascimento *et al.* (2014)

QUESTÃO 6: O RESULTADO REFLETE-SE NO MUNDO DO TRABALHO

Proporção de pessoas de 25 a 64 anos com ensino superior completo – Brasil e outros países, 2013 (em %)



Uma série de pesquisas do prêmio Nobel James Heckman aponta como fator preponderante de exclusão educacional as restrições econômicas, sociais e culturais que, ao longo da vida, alargam as diferenças cognitivas e não-cognitivas. Por conseguinte, abreviam-se as chances de pessoas expostas a tais restrições chegarem a um curso superior. As que conseguem ingressar em um apresentam menores taxas de conclusão. As que concluem, tendem a obter benefícios aquém dos alcançados por colegas que cresceram em condições mais favoráveis. Infere-se daí, pois, a importância de não se perder de vista a remoção de barreiras de acesso a capital econômico, social e cultural desde a primeira infância.

(trecho adaptado de Nascimento, no prelo)

Se as desigualdades educacionais estabelecem-se e intensificam-se ao longo de todo o percurso escolar, qual o ponto de partida para se pensar equidade nas políticas educacionais?

É possível discutir equidade no ensino superior sem considerar os mecanismos que perpetuam a exclusão durante a vida escolar e em outras áreas de política (como saúde, trabalho, cultura, saneamento básico, transporte, ciência e tecnologia)?

Neste contexto, qual a viabilidade de se alocar recursos equivalentes a 10% do PIB à educação?

REFERÊNCIAS

CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Brasília: Ipea, 2014 (Texto para Discussão nº 1950).

KONOW, J. Which is the fairest one of all? A positive analysis of justice theories. **Journal of economic literature**, p. 1188–1239, 2003.

NASCIMENTO, P. A. M. M.. **Compartilhamento de custos do ensino superior e crédito estudantil contingente à renda**: possibilidades e limitações de aplicações para o Brasil. No prelo.

NASCIMENTO, P. A. M. M. *et al.* A questão da disponibilidade de engenheiros no Brasil nos anos 2000. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, v. 32, abr. 2014.

NASCIMENTO, P. A. M. M.; POMPERMAYER, F. M.. **Conteúdo e tutoria online do curso "Microeconomia aplicada à avaliação socioeconômica de projetos"**. Brasília: Enap, 2010.

VALLE, R. C.; NORMANDEAU, S.; ROJAS-GONZÁLEZ, G. **Education at a glance interim report**. Paris: OCDE, 2015.

MUITO OBRIGADO!

Paulo A. Meyer M. Nascimento

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mestre em Economia da Educação pela Universidade de Londres e Bacharel em Economia (UFBA e Middlesex University) e Direito (UCSal). Tem experiência docente e de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, tendo exercido cargos no Governo do Estado da Bahia nas áreas de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação. Seus estudos atualmente concentram-se nas áreas de Economia da Educação e de Economia do Trabalho. Desde 2014 é estudante de doutorado do programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA.

E-mail: paulo.nascimento@ipea.gov.br
Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5428483473065542